

**A privatização da educação básica paraense por meio de parcerias público-privadas
(2014-2022)**

*Basic education privatization in Pará state through public-private partnerships
(2014-2022)*

Francisco Willams Campos Lima
Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Belém-Pará-Brasil
Gilmar Pereira da Silva
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Belém-Pará-Brasil
Gardênia Salazar Rodrigues da Silva
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
São Luís-Maranhão-Brasil

Resumo

Este artigo tem objetivo de verificar como as estratégias da gestão pública paraense fomentam a privatização da educação básica por meio de parcerias público-privadas, considerando o período de 2014 a 2022. As parcerias na educação no Brasil são executadas desde os anos 1990, com refinamento da legislação nos últimos anos. A partir da realização da pesquisa bibliográfica e documental, os presentes resultados revelaram que desde 2014, com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), até o ano de 2022, período aqui analisado, o governo estadual vem atuando fortemente com a iniciativa privada por meio de parcerias que interferem no controle social, na gestão escolar, no currículo e em outras dimensões educacionais subsumidas à racionalidade do mercado.

Palavras-chave: Educação paraense; Privatização da educação; Parcerias público-privadas.

Abstract

This paper aims at verifying how public management strategies in Pará state have incentivized Basic Education privatization through the establishment of public-private partnerships, taking into consideration a timeframe from 2014 to 2022. Such partnerships have been carried out in Brazil since the 1990s, with legislation becoming more precise in recent years. After doing both bibliographical research and document analysis, the findings show that since 2014, when the National Plan for Education was enacted, until 2022, the chosen period of time, state government in Pará has worked closely with the private sector through partnerships which intervene in social control, in school management, in curriculum, and in other education dimensions that have been subsumed to market-driven rationality.

Keywords: Education in Pará; Education privatization; Public-private partnerships.

A privatização da educação básica paraense por meio de parcerias público-privadas (2014-2022)

1. Introdução

Os debates sobre a relação público-privada na educação brasileira foram intensificados a partir do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), no ano de 1995, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que se elegeu com um discurso de proposição de inovações em vários aspectos públicos, os quais seriam capazes de equiparar o Brasil às potências econômicas no cenário global, como os Estados Unidos, país que usufrui de status e representa um ideário de desenvolvimento.

A proposta da administração pública à época era dinamizar o Brasil, adotando entre suas estratégias as parcerias com o setor privado, que seriam uma das mais utilizadas para alavancar as ações públicas. Conseqüentemente, estas produziram resultados questionáveis quanto aos investimentos do Estado, numa transformação de direito em serviço, segundo uma lógica neoliberal com desdobramento na elaboração das políticas públicas educacionais, no currículo e na organização da escola básica, processo aqui analisado em detalhe.

Segundo Peroni (2015), o Estado brasileiro passou por uma reformulação para facilitar a realização de negócios em todos os setores sociais. Com isso, as fronteiras entre público e privado foram rompidas para facilitar a condução de uma educação subsumida à racionalidade do mercado. Isso, porque o discurso oficial ajudou a fomentar uma suposta incapacidade técnica da esfera pública, em prol de uma pretensa competência da esfera privada para mensurar impactos a partir de números.

A participação do setor privado nas deliberações públicas educacionais segue uma lógica global, dando-se em função das reuniões e agendas internacionais com economistas de todo o mundo a partir do final dos 1980. Essa articulação teve reflexos nos países em desenvolvimento, como o Brasil, desde os anos 1990 até os dias atuais, quando passam a assumir os postulados prescritos pelos países desenvolvidos (PERONI, 2015).

Vale (2017) destaca que, com base nesse cenário empresarial na educação proposto pela esfera federal, os demais estados e municípios brasileiros tiveram que se adequar às novas orientações deliberadas para a educação – como se deu no Pará, que desde o início dos anos 2000 realiza parcerias público-privadas no fomento de suas ações, em casos como o do Instituto Ayrton Senna (IAS), Fundação Vale e empresas locais que passaram a atuar diretamente nas escolas públicas estaduais.

Para fins de delimitação temporal, utilizou-se como parâmetro o ano de 2014, quando foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) via Lei nº 13.005/2014, ainda em vigência até o ano de 2024 (BRASIL, 2014). Este não é apenas o principal instrumento de planejamento da educação, como também representa metas e estratégias que incluem o setor privado no fomento à educação de qualidade. Exemplo disso são: a meta 6, que cita as entidades privadas de serviço social, vinculadas ao sistema sindical na educação, para oferta da educação integral; e a meta 8, que também estimula o setor privado na oferta da educação à população de 18 a 29 anos. Queremos enfatizar que, dentro desse decênio educacional, o PNE incorpora o setor privado e suas vertentes na educação básica pública como estratégia para impulsionar as ações do Estado, na permanente associação entre o público e o privado.

Nesse sentido, o artigo tem por objetivo verificar como as estratégias da gestão pública paraense fomentam a privatização da educação básica por meio de parcerias público-privadas no período de 2014 a 2022. Para isso, realizamos interlocução com autores que debatem sobre a temática, particularmente, no caso do Pará, como Vale (2017, 2022), além de com Peroni (2015), cujos estudos revelam a vertente das parcerias público-privadas e suas consequências na educação. Também fizemos uso da pesquisa documental em torno do teor da Lei nº 13.005/2014, com o propósito de revelar como o setor privado se mantém forte nas deliberações para a educação básica pública.

2. O fomento à participação do setor privado na educação pública por meio do Plano Nacional de Educação

Aranda e Lima (2014) destacam que o PNE (2014-2024) resultou de um movimento de participação social, o que lhe confere algumas credenciais democráticas na sua elaboração, de modo que tem orientado o planejamento educacional na atual conjuntura, ao mesmo tempo em que resultou em 20 metas e estratégias.

O PNE foi aprovado sem vetos na gestão da então presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), revelando um compromisso do governo da época com a educação brasileira em todos os seus níveis e modalidades. Apesar disso, Vale (2017) enfatiza que a gestão do governo Dilma, mesmo atendendo em alguns aspectos às camadas mais vulneráveis, não rompeu com a lógica privatista da educação, assim como seus antecessores, porque a

*A privatização da educação básica paraense por meio de parcerias público-privadas
(2014-2022)*

relação público-privada apenas tem-se refinado com o passar dos anos desde a reforma do Estado brasileiro.

Quadro 1 - Metas e estratégias do PNE que fomentam o setor privado na educação

Meta	Estratégia
Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.	6.5) estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;
Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	8.4) expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;
Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.	10.8) fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;
Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.	11.7) expandir a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior;

Fonte: Elaborado pelos autores com base no PNE (BRASIL, 2014).

Em relação à meta 6, podemos inferir que as entidades privadas de serviço social possuem lugar de destaque no planejamento das ações educacionais vinculadas à oferta da

educação integral, aspecto que inclui um valor financeiro de destaque por parte do poder público pelo fato de os alunos passarem mais tempo na escola realizando atividades.

Segundo Montañó (2002), essas entidades vinculadas ao Terceiro Setor representam uma das formas de privatização, porque o Primeiro Setor (Estado) e o Segundo Setor (Mercado) possuem funções bem definidas quanto à execução de políticas públicas, no entanto, essas entidades de serviço social possuem um emaranhado de sujeitos, com interesses particulares relativos à política. Assim, nesse processo, cada um começa a ter o direito legal de ofertar um direito que foi transformado em serviço ao longo dos anos, causando uma desestatização da educação ao se fortalecer a atuação de um tipo próprio de entidade para sanar demandas sociais, como a educação.

Nos últimos anos no Brasil, em especial após o ano de 2006, essas entidades privadas de serviço social foram reconfiguradas com a participação de novos filantropos, que são milionários os quais almejam fazer investimentos na educação como forma de contribuir com a sociedade. Trata-se justamente do que se chama de filantropia de risco, quando se investe em caridade com intenção de obter algum tipo de lucro a partir de critérios técnicos sistematizados.

Esse recente movimento é conhecido pelo nome de negócios sociais e está incluído no chamado “Setor Dois e Meio”, que se configura como nova roupagem de privatização da educação, já que não é o Estado o definidor dos fluxos. Nesse viés,

Os negócios sociais passam a ser compreendidos aqui como filantropia direcionada a um público específico, cujo investidor tem projeções de lucro no desenvolvimento de suas atividades, a partir de critérios pré-definidos de aplicação do seu tempo e dinheiro, em que só haverá o desenvolvimento do social se nele for possível fazer negócio (VALE, 2022, p. 81).

Assim, quando fazem negócios na educação, o Setor Dois e Meio e o Terceiro Setor estimulam refinadas formas de privatização, porque possuem aval legal para executar programas e propostas de acordo com suas perspectivas de mundo, algo que se reforça na educação integral segundo a meta 6, quando o PNE assegura a participação de organizações para o alcance da qualidade na educação básica.

Em relação à meta 8, orientada para expandir o nível de escolarização, percebe-se entre suas estratégias como a oferta gratuita de educação profissional técnica, por parte das entidades privadas de serviço social, é reiterada como essencial para a educação pública

*A privatização da educação básica paraense por meio de parcerias público-privadas
(2014-2022)*

até o ano de 2024. Sobre isso, cabe destacar como a educação profissional possui íntima relação com a mercantilização da educação, em um processo no qual o setor privado executa os cursos e\ou estimula sua oferta, balizado pelas demandas das grandes empresas instaladas em uma dada região.

Peroni, Caetano e Valim (2021) destacam que tanto os cursos técnicos quanto a lógica empreendedora ao longo dos anos vêm sendo ofertados para a juventude brasileira em consonância com as demandas de grupos privados, que pensam a sociedade a partir de valores do mercado e se utilizam da educação para alavancar seus projetos societários.

O empreendedorismo passou a ser incentivado pelos organismos internacionais como solução para o desemprego especialmente na América Latina partindo das novas formulações sobre a reforma do Estado com base na lógica mercantil, do gerencialismo e das parcerias com o terceiro setor, redefiniu o conteúdo das políticas e o papel do setor público no atendimento das questões sociais (PERONI; CAETANO; VALIM, 2021, p. 8).

Para que mais pessoas de 18 a 29 tenham acesso à educação, como almeja o PNE, o setor privado possui papel de destaque no fomento de um tipo próprio de educação, segundo o qual os jovens devem desenvolver o máximo possível de competências, para que assim tenham mais chances de ingressar no mercado de trabalho por meio de novas classificações, constituindo-se como trabalhadores com iniciativas próprias, autônomos e com várias certificações de cursos técnicos decorrentes de parcerias do Estado com organizações sociais.

Em geral, a educação profissional técnica ocorre via parcerias público-privadas, com repasse de recurso do setor público para o setor privado; por isso, esse tipo de educação é tão defendido nas políticas públicas, já que as relações sociais perpassam por correlações de forças. Nessa conjuntura, emerge o empreendedorismo, com a ilusão de proatividade juvenil para alcançar melhores condições de vida, enquanto se efetiva uma lógica de individualização do ser humano, uma competição desenfreada e a subordinação da política estatal à política empresarial, em que cada um deve se responsabilizar pelo seu sucesso e futuro. Como contraste a essa ideia, é possível afirmar que “a meritocracia poderia ser importante se todos tivessem o mesmo ponto de partida, o que não acontece nas sociedades capitalistas” (VALE, 2022, p. 29).

Portanto, o que se percebe dessa lógica privada no principal instrumento de planejamento da educação em vigor é a constante participação da iniciativa privada na deliberação das ações e no alcance do que fora definido, como foi percebido na meta 10, que consiste em “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional” (BRASIL, 2014), cuja estratégia 10.8 reitera a colaboração de entidades privadas junto ao Estado.

Outra meta de destaque que trata da relação público-privada no PNE é a 11, a qual almeja “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público” (BRASIL, 2014), com destaque para a estratégia 11.7: “expandir a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior” (BRASIL, 2014). Tal meta é perigosa do ponto de vista do financiamento repassado ao setor privado, já que público e privado disputam permanentemente pela condução da educação e por recursos que são fundamentais para efetivar projetos de sociedade.

Esse conjunto de metas e estratégias do Plano Nacional de Educação revela como o setor privado está cada vez mais consolidado na condução das políticas públicas educacionais, de modo que sua participação é essencial para se obter uma educação dita de qualidade, segundo as metas analisadas.

Outro ponto de destaque é a concepção de educação proposta pelo setor privado nas parcerias, estando esta alinhada aos valores do mercado e seus correlatos de competitividade, como se todos estivessem numa corrida pela busca individual do sucesso. Nesse sentido, fortalecem-se os princípios mercantis, com as organizações sociais deliberando os rumos da educação, ao passo que se enfraquecem as lutas coletivas; daí a ênfase dada para a educação técnica alinhada ao mercado de trabalho e para a vertente das competências.

Desde sua aprovação no ano de 2014, os estados e municípios brasileiros seguem as orientações do Plano Nacional, adaptando-o às suas realidades, mas sem fugir da lógica das parcerias público-privadas como impulso para alcançar o que fora planejado para o decênio educacional em todos os seus níveis e modalidades.

*A privatização da educação básica paraense por meio de parcerias público-privadas
(2014-2022)*

Dessa forma, o fomento ao gerencialismo e às formas de privatização na educação são parte de um movimento de quase 30 anos no Brasil, ao longo do qual as relações diretas e indiretas com o setor privado foram incorporadas aos planos de governos, tal como orienta o modelo neoliberal.

2.1 Os aspectos do gerencialismo na gestão pública brasileira pós-reforma do Estado e a indução às parcerias público-privadas

A gestão gerencial é entendida como aquela que se baseia nos resultados e é estimulada nos setores sociais da gestão pública, os quais precisam ser eficientes e buscar permanentemente aprender com as ferramentas do setor privado – por sua vez, eficiente por excelência e modelo a ser seguido. Disso decorre a realização de parcerias público-privadas para compensar os investimentos do Estado em áreas sociais, como a Educação. Tal lógica foi intensificada com o PDRAE, em 1995, na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), sendo fomentada sob a justificativa de melhoria e modernização do sistema público brasileiro, que precisaria ser mais dinâmico para competir no mercado internacional no contexto neoliberal (BRASIL, 1995).

Tal modelo de gestão advindo das empresas privadas criticava, em parte, os princípios da gestão escolar democrática prevista na Constituição Federal de 1988, os quais seriam pouco relevantes para mensurar o investimento do Estado na educação (BRASIL, 1988). Por isso, os gestores de todos os setores sociais deveriam atuar como gerentes que controlam o trabalho da equipe sob sua coordenação; ora, isso provocou uma metamorfose na organização da escola básica pública brasileira, passando a orientá-la para o alcance dos índices educacionais mensurados nas avaliações em larga escala.

Peroni, Caetano e Valim (2021) destacam que o gerencialismo na educação básica brasileira vem assumindo diferentes feições desde os anos 1990, com: gestão por resultados; avaliações em larga escala como principal parâmetro de mensuração da qualidade educacional; apostilas e manuais comprados do setor privado para utilização na escola básica; e outras formas em que o poder público fica subsumido aos ditames do mercado. Dessa forma, o setor privado a cada ano amplia sua participação na condução da educação, fenômeno que pode ser compreendido como processo de privatização.

A lógica de atuação do setor privado junto ao setor público na condução da educação brasileira não passou por rupturas nos governos subsequentes, isto é, de Luiz Inácio Lula da

Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022). Isso, porque o arcabouço legal das parcerias foi sendo refinado, os institutos e organizações sociais continuaram decidindo e conduzindo os rumos da educação, e a privatização da educação se manteve/mantém como processo permanente da organização da gestão pública. Esse fenômeno releva que – independentemente do partido político no poder máximo que é a presidência da República –, as parcerias serão firmadas, pois não se trata mais de um projeto de governo, mas sim de projeto do Estado brasileiro (SANTOS; VALE, 2018; PEREIRA, 2019).

Exemplos desses processos de organização pública federal no fomento do setor privado na educação podem ser observados por meio da Lei nº 11.079-2004 (BRASIL, 2004), que estabeleceu normas gerais para as parcerias na administração pública, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (BRASIL, 2011), e do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) criado pela Lei nº. 13.334, de 13 de setembro de 2016 (BRASIL, 2016). Todas essas iniciativas vêm instalando e fomentando os princípios do setor privado na estrutura das políticas públicas educacionais, com relação direta estabelecida por meio das parcerias, e indiretas, pela incorporação dos valores no mercado à educação pública brasileira (VALE, 2017). Com isso:

o Estado brasileiro segue essa hegemonia aprovando reformas na perspectiva de ampliar a participação do setor privado na esfera pública, com o amparo da prescrição constitucional, que evidencia simetrias entre os governantes – independentemente do partido político –, por meio das ocorrências de refinamento efetivado na legislação com o curso dos anos (PEREIRA, 2019, p. 135).

Podendo ser entendido enquanto país em desenvolvimento, o Brasil replica as orientações dos organismos internacionais que prescrevem as parcerias público-privadas como uma das dimensões do neoliberalismo, o qual, por sua vez, enxerga no Estado apenas um financiador das ações, ao passo que a gestão e a regulamentação seriam executadas por outros sujeitos.

Peroni (2015) identifica que o modo como o Brasil incorporou as orientações internacionais nas políticas públicas educacionais teve consequências, tais como: planejamento educacional balizado por metas, de maneira similar às empresas privadas; gestão das escolas que passam a ser orientadas pelo gerencialismo, dificultando os processos democráticos de participação; incorporação da competição e do individualismo

*A privatização da educação básica paraense por meio de parcerias público-privadas
(2014-2022)*

no trabalho pedagógico como motores para alavancar qualidade; e substituição de projetos pedagógicos por manuais elaborados por empresas, as quais entendem educação como fluxo de padronização, desconsiderando a diversidade da escola pública.

As parcerias fomentadas no plano micro das escolas e no plano macro dos sistemas educacionais decorrem de correlações de forças de diversos setores que historicamente produzem discursos em prol da melhoria da educação pública, como os consórcios societários, “aqui entendidos como parceiros que se unem num objetivo em comum, o que inclui alianças de sujeitos da mídia, igrejas, ricos, filantropos, empresários e outros no sentido de propagar um discurso único para manutenção das desigualdades sociais” (VALE, 2022, p. 45).

É um movimento global em que os empresários e as agendas neoliberais introduzem seus princípios de diferentes formas na educação pública por meio de parcerias, para que o Estado compre os produtos da iniciativa privada, repasse recursos públicos por meio das parcerias e repasse o controle do processo pedagógico aos ditos especialistas em educação. Em face disso, a educação é então pensada a partir da economia e do mercado, e não como finalidade em si orientada como instrumento de melhoria da qualidade de vida das pessoas, como assinala Freitas (2018).

Ainda de acordo com Freitas (2018), é possível observar aspectos do gerencialismo na gestão pública brasileira pós-reforma do Estado, com a indução às parcerias público-privadas e o empresariado definindo o conteúdo da educação em algumas situações, algo que mascara os índices educacionais e a transformação da escola em empresa em toda sua organização.

Particularmente no caso do Pará, aqui analisado em destaque, a lógica das parcerias público-privadas na educação é uma realidade concreta que segue se refinando no período estudado, isto é, desde 2014 até os dias atuais, porque mantém e perpetua a defesa de qualidade superior como elemento caracterizador das ferramentas advindas do setor privado.

3. Parcerias público-privadas no cenário educacional do Pará de 2014 a 2022

Do global ao local, os resultados variam em função das realidades em que o setor privado se insere, porém, as estratégias dos empresários acabam sendo similares, como a crença de que suas ferramentas seriam as mais eficazes para se obter sucesso. Desse modo,

fomenta-se a ideia de uma relativa incompetência técnica do setor público para gerir a educação, além de haver um movimento internacional em prol do fortalecimento de parcerias público-privadas para melhoria dos índices educacionais, que ditam o que seria a educação de qualidade.

Vale (2017) destaca que as parcerias no Pará – segundo maior estado do Brasil em extensão territorial – são executadas desde os anos 1990, mesmo período do movimento que ocorreu em âmbito federal, sendo a parceria entre o Instituto Ayrton Senna (IAS) e prefeituras locais uma das primeiras a ser realizada.

Alguns municípios foram incluídos nesse cenário, como Benevides, Santarém e Altamira, nos quais o Instituto Ayrton Senna: a) dava orientações para escolha do secretário de educação, que deveria ter um perfil afinado com sua proposta de trabalho; b) postulava que os diretores deveriam preencher várias planilhas para entregar ao IAS; c) fomentava a cultura da competição por notas elevadas; e d) induzia a meritocracia entre os alunos, os professores e as redes de ensino. Cabe destacar que as parcerias estiveram em vigência desde o ano de 1997 até o ano de aprovação do PNE, em 2014 (VALE, 2017).

Segundo dados de 2023 presentes no site oficial do IAS, sua participação foi ampliada para o âmbito estadual do Pará, com formação para os professores da rede em evento que mostrou a relação entre o desenvolvimento socioemocional e a redução da ocorrência de violência escolar e *bullying* (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2023, on-line).

Também em âmbito estadual, outro parceiro privado que atua na realidade do Pará é o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que desde o ano de 2013 atua diretamente nas deliberações das decisões da educação básica por meio do “Pacto pela Educação do Pará” (2013-2017), que foi uma adesão ao Pacto do governo federal, bem como do “Movimento Educará: todos juntos pela garantia do direito de aprender” (2019-atual). Nesse processo, o BID realiza empréstimos ao governo local e, em contrapartida, tem relativa autonomia para decidir como ocorrerá o investimento a partir de seus ideais de educação.

Ocorre um processo de subordinação da educação paraense às orientações do BID para que ocorra a padronização dos processos educativos em resposta a uma agenda global, a qual pensa educação de modo similar ao fluxo das empresas. Na parceria direta com o governo estadual, o BID induz a um processo de desestatização, porque há uma

*A privatização da educação básica paraense por meio de parcerias público-privadas
(2014-2022)*

determinação de como deve ser a educação, caracterizando-se essa indução como uma das vertentes de privatização indireta, em razão de a educação ser pública, mas passar a ser conduzida segundo os parâmetros do setor privado – neste caso, na figura de um banco.

Vale (2017) assinala como o setor privado atua diretamente junto aos governos estaduais do Pará via parcerias a fim de impor suas propostas educacionais na gestão, na organização escolar, na formação de professores e em toda a lógica pedagógica afinada com a vertente do mercado, numa evidente subsunção do público ao privado, que converge com o processo de privatização da educação pública.

Em relação a parcerias indiretas nas quais houve um afinamento de relações público-privadas no Pará, é possível dar destaque à ação do Observatório Social (OS) no município de Abaetetuba, que passou a direcionar e definir a forma de controle social da gestão da educação a partir de sua instalação na área urbana. Implantado no território de Abaetetuba desde o ano de 2010, o OS assumiu o direcionamento das ações públicas, dificultou participação social e ampliou o domínio das deliberações a partir dos parâmetros do mercado. Isso se deu porque tal Observatório é vinculado ao Terceiro Setor, privado, com “a estratégia que tem como justificativa o combate à corrupção no Brasil desenvolve-se como uma iniciativa de controle social de reconhecimento nacional como experiência inovadora para a transparência nos gastos públicos” (PEREIRA, 2019, p. 22).

A partir do discurso dito apartidário, supostamente voltado para ajudar as realidades onde se instalam e sob a égide de fortalecimento de processos decisórios democráticos, iniciativas como essa acabam direcionando e controlando os rumos locais, em especial do controle social, entendido como a “verificação das ações da gestão pública na execução de suas políticas, avaliando seus objetivos, processos e efeitos, para o exercício efetivo da cidadania” (SANTOS; VALE, 2018, p. 160). No caso mencionado, as consequências da atuação privada na gestão pública ficaram evidentes a partir da:

[...] condução do controle social desenvolvida no território de Abaetetuba pelo OS Abaetetuba enquadra-se em uma perspectiva de Estado reorientado pela descentralização, forjada na ideia de políticas sociais consideradas não como serviços exclusivos do Estado, no qual é explícita a transferência de responsabilidades sociais do Estado para o privado na execução dos serviços sociais – no caso do controle social do OS Abaetetuba, a execução de seu acompanhamento. Pauta-se por um reordenamento na transferência de responsabilidades – a ação de oferta dos serviços sociais deslocada do órgão colegiado público para a esfera privada –, que instaura uma forma de regulação *pari passu* com o realinhamento do Estado, estando vinculada à lógica de mercado e à

visão hegemônica orientada pela nova ordem mundial orquestrada pela lógica do capital (PEREIRA, 2019, p. 203).

A forma como o setor privado se articula para definir o conteúdo da política de educação no estado do Pará se refina de diversas formas, desde com a venda de materiais até com a inclusão de seus membros em espaços deliberativos, como no caso de Abaetetuba.

Nos últimos anos, puderam ser observadas diversas estratégias da gestão pública paraense para fomentar a privatização da educação básica por meio de parcerias público-privadas. Dentre elas, estão: intensa participação direta do BID na proposição de ações educacionais desde o ano de 2013; aferição de qualidade, com a criação do Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SisPae), focando somente nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática; fomento para que Organizações Sociais atuem em parcerias com o Estado, sendo um destaque o Instituto Ayrton Senna (IAS), uma organização fundada em Londres, em 1994, com foco em melhorar a aprendizagem de jovens e crianças, além de atuarem com manuais em diversos municípios do Pará com financiamento de recurso público (VALE, 2017; VALE; SANTOS; ALVES, 2021).

O Pará vem impondo as parcerias para as escolas públicas como solução dos diversos problemas que o Estado não consegue solucionar como se a simples transferência de responsabilidade para a iniciativa privada fosse a solução. [...] a esfera estadual no Pará desenvolve o projeto que foi instigado pela esfera federal no governo de FHC que é a entrega de setores para a iniciativa privada caminhando para a privatização total do Estado (VALE, 2017, p. 73).

São diversos os municípios paraenses que executam parcerias com o setor privado, além dos acordos estabelecidos em âmbito estadual, o que se reflete em como a proposta da administração pública, independentemente do partido político, assume as parcerias como parte do projeto local de desenvolvimento, convergindo com o mesmo caminho adotado pela esfera federal.

4. Considerações

O gerencialismo na gestão pública da educação paraense é uma realidade que decorre de um movimento global no qual se pensa a educação à semelhança do mercado, quer no fluxo dos processos, quer na dinâmica que envolve as pessoas, quer na forma de analisar os resultados a partir de números como principais indicadores de êxito. Esse ideário

*A privatização da educação básica paraense por meio de parcerias público-privadas
(2014-2022)*

é reafirmado no Plano Nacional de Educação, especialmente quando verificamos como, das 20 metas presentes nele, há 4 que estão direcionadas a favorecer o setor privado nas deliberações públicas, o que revela como o planejamento da educação brasileira até o ano de 2024 terá nas parcerias um de seus principais pilares.

De 2014 a 2022, conforme o recorte temporal analisado, foi possível identificar que as estratégias da gestão pública paraense para fomentar a privatização da educação básica se diversificaram em alguns pontos, como os sujeitos – com destaque para o BID, Instituto Ayrton Senna e Observatório Social, entre outros que ainda estão presentes nos projetos e programas da educação básica paraense, impondo sua racionalidade privada no espaço público via parcerias. Todo esse cenário se reflete na manutenção dessa tendência internacional, a qual ainda é forte no Brasil e no Pará, razão pela qual o Plano Nacional de Educação ainda tem demandas a serem superadas dentro do mesmo decênio no qual o setor privado só se fortalece na condução da educação.

Além disso, a gestão pública do estado do Pará vem se eximindo de sua responsabilidade com a educação, na medida em que a transfere para os representantes do setor privado. As consequências disso se materializam na organização do processo educativo balizado pelo mercado, que possui uma lógica neoliberal, e pela privatização da educação, que vai além da venda de espaços públicos. Antes, esta estruturação ocorre pela inadequação dos valores mercantis para a educação e as escolas. Isso, porque aspectos como competição entre alunos, professores e redes, entre outros, perpetuam uma lógica de meritocracia entre sujeitos com condições desiguais, além de a qualificação da educação ter como foco o resultado, e não o processo de aprendizagem dos alunos, aos moldes do que ocorre com mercadorias fabris.

Referências

ARANDA, Maria Alice de Miranda; LIMA, Franciele Ribeiro. O Plano Nacional de Educação e a busca pela qualidade socialmente referenciada. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 3, n. 2, p. 291-313, ago./dez. 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: MRAE, 1995.

BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.** Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília: Presidência da República, 2004.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016.** Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, p. 53–64, 2002.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Instituto participa da formação “Cultura de paz e convivência escolar”, para educadores de toda a rede estadual do Pará. **Instituto Ayrton Senna**, [online], 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/3n6xbhur>. Acesso em: 20 fev. 2023.

PEREIRA, Maria do Socorro Vasconcelos. **O controle social do observatório social de Abaetetuba/PA na gestão pública da educação municipal.** 2019. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Implicações da relação público-privada para a democratização da educação.** 2015. 180 f. Tese (Promoção a Professora Titular do Magistério Superior) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; VALIM, Paula Valim de. Neoliberalismo e Neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 15, n. 36, p. 1-23, ago. 2021.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos; VALE, Cassio. O controle social como uma possibilidade para a democratização da gestão da escola pública. In: SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos (org.). **Diálogos sobre a educação básica.** Curitiba: CRV, 2018. p. 159-168.

VALE, Cassio. **Subsuncão do público ao privado na educação paraense.** 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

*A privatização da educação básica paraense por meio de parcerias público-privadas
(2014-2022)*

VALE, Cassio. **A educação como negócio social na Amazônia brasileira**. 2022. 199 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

VALE, Cassio; SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos; ALVES, Antonio Sousa. A servidão da educação pública aos interesses mercantis: análise em três municípios do Pará. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 43, p. 221-235, 2021.

Sobre os autores

Francisco Willams Campos Lima

Doutor em Educação. Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA). É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino Religioso na Amazônia (GEPERA).

E-mail: willamscampos@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4753-6422>

Gilmar Pereira da Silva

Doutor em Educação. Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde atualmente exerce a função de vice-reitor. E-mail: gpsilva@ufpa.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9814-9089>

Gardênia Salazar Rodrigues da Silva

Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Qualidade da Educação Básica (GPQe).

E-mail: gardsalazar@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8626-5728>

Recebido em: 20/04/2023

Aceito para publicação em: 08/05/2023